NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE SETEMBRO DE 2022 EM MILHARES DE REAIS

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (CASAN) é uma empresa pública de economia mista e de capital aberto, que atua como concessionária do setor de saneamento, por meio de contratos de programas e de convênios, que são os instrumentos legais firmados com as prefeituras municipais e concedem à Companhia o direito de prestar os serviços de gestão, operação e manutenção de sistemas de abastecimento de água, de coleta e de tratamento de esgoto.

Considerada uma das maiores empresas do Estado de Santa Catarina, a CASAN beneficia diretamente a uma população residente de mais de 2,7 milhões de pessoas (39% da população do estado de Santa Catarina), em 193 municípios catarinenses (66% dos municípios) e 1 paranaense.

A Companhia também fornece água no atacado para outros quatro municípios clientes, operados com sistemas próprios, que juntos têm uma população superior a 200 mil pessoas.

Dos 194 municípios onde presta os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, 177 possuem Contratos de Prestação de Serviço em vigor, 14 municípios estão com os Contratos vencidos (Barracão, Botuverá, Concórdia, Cunha Porã, Doutor Pedrinho, Lebon Régis, Mafra, Major Gercino, Maracajá, Maravilha, Monte Castelo, Rodeio, Santa Rosa de Lima, São Miguel do Oeste) e 03 municípios não possuem qualquer documento que formalize a delegação da prestação de serviço (Calmon, Formosa do Sul e Paraíso).

Nos 177 municípios que possuem Contratos de Prestação de Serviço em vigor, 163 foram inseridas as metas de universalização previstas na LEI Federal nº 11.445/2007 e representam aproximadamente 87% do faturamento da Companhia.

Nos demais municípios (31) a Companhia permanece realizando os investimentos de modo a garantir a continuidade da prestação dos serviços, até que os municípios adotem as medidas de sua responsabilidade, previstas na legislação, para a regularização da concessão dos serviços.

A Companhia também aguarda a regulamentação da prestação regionalizada do saneamento em Santa Catarina, a fim de oportunizar novas formas de atendimento, contratualização e expansão da sua atuação no Estado.

No quadro abaixo está demonstrado o quantitativo de municípios que terão o prazo de vencimento dos Contratos de Programa ou Convênios expirados, por ano:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE SETEMBRO DE 2022 EM MILHARES DE REAIS

Ano de	Número de	Ano de	Número de
vencimento	municípios	vencimento	municípios
2022	1	2041	2
2023	11	2042	12
2024	7	2043	10
2025	3	2044	7
2026	2	2045	3
2027	2	2046	8
2028	11	2047	5
2029	4	2048	11
2030	12	2049	13
2031	1	2050	8
2032	3	2051	0
2033	0	2052	1
2034	7	2053	1
2035	2	2054	0
2036	18	2055	1
2037	0	2056	2
2038	3	2057	0
2039	1	2065	2
2040	3		

Total de 177 Municípios

A CASAN tem trabalhado no desenvolvimento dos projetos e execução das obras que visam o cumprimento dos Contratos de Prestação de Serviços e as metas de universalização do abastecimento de água e do esgotamento sanitário estabelecidos na legislação federal – Lei nº 11.445 de 05 de janeiro de 2007 e da Lei 14.026 de 15 de julho de 2020.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

a. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), sendo que para a Companhia, essas práticas não diferem das IFRS.

A emissão das presentes demonstrações contábeis individuais foi autorizada pela Administração da Companhia em 17 de outubro de 2022.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE SETEMBRO DE 2022 EM MILHARES DE REAIS

b. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas segundo a convenção do custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- 1. Os instrumentos financeiros foram mensurados pelo valor justo por meio do resultado:
- 2. Os ativos financeiros disponíveis para venda foram mensurados pelo valor justo;
- 3. O ativo atuarial de benefício definido é reconhecido como o total líquido dos ativos dos planos, acrescido do custo de serviço passado não reconhecido e perdas atuariais não reconhecidas, deduzido dos ganhos atuariais não reconhecidos e do valor presente da obrigação do benefício definido.
- c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações contábeis individuais são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das informações do exercício de acordo com os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. As revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão inclusos nas notas explicativas:

Nota 09 – Contas a receber de clientes

Nota 14 – Ativo fiscal diferido

Nota 15 – Imobilizado e Intangível

Nota 20 – Provisão para contingências

Nota 21 – Beneficios a empregados

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE SETEMBRO DE 2022 EM MILHARES DE REAIS

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente pela Companhia.

a. Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda corrente do país pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação. Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi apurado. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na reconversão são reconhecidas no resultado.

b. Instrumentos financeiros

i. Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado e recebíveis.

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Mudanças no valor justo de ativos financeiros assim mensurados são reconhecidas no resultado do exercício.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE SETEMBRO DE 2022 EM MILHARES DE REAIS

Recebíveis

Recebíveis são ativos financeiros com valores fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os recebíveis abrangem clientes e outros créditos, incluindo os recebíveis oriundos de acordos de concessão de serviços, como é o caso do saldo contabilizado como Ativos Financeiros, conforme nota explicativa nº13.

ii. Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis.

iii. Capital Social

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido.

Ações preferenciais

O capital preferencial é classificado como patrimônio líquido caso seja não resgatável, ou somente resgatável à escolha da Companhia. Ações preferenciais não dão direito a voto e possuem preferência na liquidação da sua parcela do capital social. As ações preferenciais dão direito a um dividendo 10% superior ao pago a detentores de ações ordinárias.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE SETEMBRO DE 2022 EM MILHARES DE REAIS

c. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos à vista e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez prontamente conversíveis em caixa.

d. Contas a receber de clientes e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber dos consumidores pelo serviço prestado no decurso normal das atividades da Companhia. Se o recebimento é esperado para um ano ou menos, ele é classificado como ativo circulante. Caso contrário, é apresentado como ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são reconhecidas pelo valor justo (valor faturado) ajustado pela provisão para perda para valor recuperável dos ativos (*impairment*), quando necessário.

A Companhia registra uma provisão para créditos de liquidação duvidosa para os saldos a receber em um valor considerado suficiente pela administração para cobrir possíveis perdas no contas a receber, com base na análise do histórico de recebimentos. Os valores vencidos por mais de 180 dias são provisionados. O valor assim determinado é ajustado quando é excessivo ou insuficiente, com base na análise do histórico de recebimentos, levando em consideração a expectativa de recuperação nas diferentes categorias de clientes. Os saldos de contas a receber de clientes pendentes por mais de 720 dias são reconhecidos como perdas.

e. Estoques

Os estoques de produtos para consumo e manutenção dos sistemas de água e esgoto são demonstrados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição ou o valor de realização, e estão classificados no ativo circulante.

f. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas. O custo de determinados itens do imobilizado foi apurado por referência à reavaliação anteriormente efetuada no BR GAAP.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE SETEMBRO DE 2022 EM MILHARES DE REAIS

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas/despesas no resultado.

<u>Custos subsequentes</u>

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados ao componente irão fluir para a Companhia e caso seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável de um bem, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas (conforme legislação fiscal) de cada item ou parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais de perto reflete o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados.

g. Redução ao valor recuperável – Impairment

Ativos Financeiros, incluindo recebíveis

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados.

Podem ser evidências objetivas de que os ativos financeiros perderam valor: o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor; a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições que a Companhia não consideraria em outras transações; indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência; ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE SETEMBRO DE 2022 EM MILHARES DE REAIS

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor pelo conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos. Posteriormente, as tendências históricas são ajustadas para refletir o julgamento da administração quanto às condições econômicas e de crédito atuais, que podem gerar perdas reais maiores ou menores que as anteriormente sugeridas.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os ativos: estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes por meio da taxa de desconto antes dos impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo.

Com a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo, que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a unidade geradora de caixa ou "UGC").

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua UGC exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado. Perdas no valor recuperável relacionadas às UGCs são alocadas inicialmente para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado às UGCs, e então, se ainda houver perda remanescente, para reduzir o valor contábil dos outros ativos dentro da UGC ou grupo de UGCs em uma base *pro rata*.

No caso do ativo imobilizado, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE SETEMBRO DE 2022 EM MILHARES DE REAIS

Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

Para a apuração do valor recuperável dos ativos, foi adotado o método do valor em uso, ou seja, o valor gerado de caixa pelo uso destes ativos;

- Consideramos como unidade geradora de caixa cada Superintendência Regional de Negócios, devido às suas características peculiares;
- Vida útil baseada na expectativa de utilização do conjunto de ativos que compõem a UGC:
- As estimativas de fluxos de caixa foram projetadas ao longo de cinco anos, conforme preconiza o CPC 01 (R1), em moeda corrente.
- A taxa de desconto utilizada foi proveniente da metodologia de cálculo do custo médio ponderado de capital (*Weighted Average Cost of Capital WACC*) regulatório, calculado pela Agência Reguladora ARESC para a CASAN na revisão tarifária 6,84%;
- As premissas de reajuste tarifário, crescimento operacional e evolução do OPEX, foram projetados conforme estabelecido no planejamento estratégico da Companhia;
- O valor residual contábil dos ativos (ou unidade geradoras de caixa), na data final das estimativas dos fluxos de caixa, foram considerados como valor recuperável, tal procedimento foi adotado em virtude dos contratos de concessões e contratos de programa, preverem ressarcimento à companhia dos ativos residuais em caso de não renovação ou quebra de contrato;

O estudo técnico avaliou que não há indicativo de perda por *impairment* amparada, principalmente pela Lei nº 11.445/07, que garante que os serviços públicos de saneamento básico terão a sustentabilidade econômico-financeira assegurada, através da tarifa ou via indenização.

h. Benefícios a empregados

Plano de beneficio definido CASANPREV

Um plano de benefício definido é um plano de benefício pós-emprego. A obrigação líquida da Companhia quanto aos planos de previdência complementar de benefício definido é calculada individualmente para cada plano por meio da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores. Aquele benefício é descontado ao seu valor presente.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE SETEMBRO DE 2022 EM MILHARES DE REAIS

Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos do plano são deduzidos. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das informações do exercício para os títulos de dívida de primeira linha e cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações da Companhia e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os beneficios têm expectativa de serem pagos.

O cálculo é realizado anualmente por um atuário qualificado por meio do método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um beneficio para a Companhia, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos beneficios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos beneficios econômicos, consideração é dada para quaisquer exigências de custeio mínimas que se aplicam a qualquer plano na Companhia.

Um beneficio econômico está disponível à Companhia se ele for realizável durante a vida do plano, ou na liquidação dos passivos do plano.

Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício aumentado relacionada ao serviço passado dos empregados é reconhecida no resultado pelo método linear, ao longo do período médio até que os benefícios se tornem direito adquirido. Na condição em que os benefícios se tornem direito adquirido imediatamente, a despesa é reconhecida imediatamente no resultado.

<u>Benefícios de término de vínculo empregatício - PDVI - Plano de Demissão</u> Voluntária Incentivada

Os benefícios de término de vínculo empregatício são reconhecidos como uma despesa quando a Companhia está comprovadamente comprometida, sem possibilidade realista de retrocesso, com um plano formal detalhado para rescindir o contrato de trabalho antes da data de aposentadoria normal ou prover benefícios de término de vínculo empregatício em função de uma oferta feita para estimular a demissão voluntária.

Os benefícios de término de vínculo empregatício por demissões voluntárias são reconhecidos como despesa caso a Companhia tenha feito uma oferta de demissão voluntária, seja provável que a oferta será aceita e o número de funcionários que irá aderir ao programa possa ser estimado de forma confiável. Caso os benefícios sejam pagáveis por mais de 12 meses após a data base das informações do exercício, então eles são descontados aos seus valores presentes.

Beneficios de curto prazo a empregados

Obrigações de beneficios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE SETEMBRO DE 2022 EM MILHARES DE REAIS

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

i. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

j. Receita por serviços prestados

Receitas de abastecimento de água e coleta de esgoto são reconhecidas à medida que a água é consumida e os serviços são prestados. As receitas são reconhecidas ao valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação desses serviços e são apresentadas líquidas de imposto sobre valor agregado, devoluções, abatimentos e descontos. As receitas da prestação de serviços de fornecimento de água e esgoto a faturar são contabilizadas como contas a receber com base em estimativas mensais.

A Companhia reconhece a receita quando: i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança, ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e iii) é provável que os valores serão arrecadados. Não se considera que o valor da receita seja mensurável com segurança até que todas as contingências relacionadas à sua prestação estejam resolvidas.

k. Subvenção e assistência governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas inicialmente como receita diferida pelo valor justo quando existe razoável garantia de que elas serão recebidas e de que a Companhia irá cumprir as condições associadas com a subvenção. Subvenções que visam compensar a Companhia por despesas incorridas são reconhecidas no resultado como outras receitas em uma base sistemática, nos mesmos períodos em que as despesas correspondentes forem reconhecidas. As subvenções que visam compensar a Companhia pelo custo de um ativo são reconhecidas no resultado em uma base sistemática pelo período da vida útil do ativo.

1. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE SETEMBRO DE 2022 EM MILHARES DE REAIS

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecidas nos ativos financeiros. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, à construção ou à produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado por meio do método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais são reportados em base líquida.

m. Impostos sobre receitas

Como impostos sobre as receitas são reconhecidos PIS e COFINS, utilizando o regime de competência.

n. Imposto de renda e contribuição social

Os Impostos incidentes sobre a renda, tanto o do exercício corrente como o diferido, são calculados com base na alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescidos do adicional de 10% sobre o excedente a R\$240 mil. A Contribuição Social do exercício corrente e a diferida são apuradas com base na alíquota de 9% sobre o lucro tributável.

As despesas com imposto de renda e contribuição social compreendem os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber apurado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das informações do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para as seguintes diferenças temporárias: o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem a contabilidade tampouco o lucro ou prejuízo tributável.

Além disso, imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias tributáveis resultantes no reconhecimento inicial de ágio. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das informações do exercício.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE SETEMBRO DE 2022 EM MILHARES DE REAIS

Os passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar impostos e contribuições correntes, e eles se relacionem a imposto de renda e contribuição social lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

o. Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio da divisão entre o resultado do período atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no respectivo período.

O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados, nos termos do CPC 41 e IAS 33.

A Companhia não possui ações em circulação que possam causar diluição, assim, os lucros básico e diluído por ação são iguais.

p. Informações por segmento

Um segmento operacional é uma área de atuação da Companhia que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outras áreas de atuação da Companhia.

Todos os resultados operacionais dos segmentos operacionais são revistos frequentemente pela Diretoria Executiva para tomadas de decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho. Para isso, são disponibilizadas informações financeiras segregadas.

Os resultados de segmentos que são reportados à Diretoria Executiva incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. Os itens não alocados compreendem principalmente ativos corporativos (primariamente a sede da Companhia), despesas da sede e ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social.

Os gastos de capital por segmento são os custos totais incorridos durante o período para a aquisição de imobilizado ou intangível.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE SETEMBRO DE 2022 EM MILHARES DE REAIS

q. Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou a demonstração do valor adicionado (DVA) individual nos termos da Norma Brasileira de Contabilidade – NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Esta é apresentada como parte integrante das demonstrações contábeis conforme BR GAAP.

A DVA, em sua primeira parte, apresenta a riqueza criada pela companhia, representada pelas receitas (receita bruta dos serviços prestados, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo dos serviços, aquisições de materiais, energia, e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

r. Direito de Uso - Arrendamento

Os arrendamentos contratados pela Companhia impactaram as Demonstrações contábeis da seguinte forma:

- Reconhecimento de ativo de direito de uso e de passivo de arrendamento no balanço patrimonial, inicialmente mensurados pelo valor presente dos pagamentos futuros do arrendamento;
- Reconhecimento de despesas de depreciação de ativos de direito de uso na demonstração do resultado;
- Reconhecimento de despesas de juros no resultado financeiro sobre os passivos de arrendamento na demonstração de resultado; e
- Segregação do pagamento dos arrendamentos por uma parcela principal apresentada dentro das atividades de financiamento e um componente de juros apresentado dentro das atividades operacionais nos fluxos de caixa.

As novas definições de uma locação foram aplicadas a todos os contratos identificados vigentes na data de adoção da norma. O IFRS 16/NBC TG 06 (R3) determina que o contrato contém um arrendamento se ele transmite ao arrendatário o direito de controlar o uso de ativo identificado por um período de tempo por troca de contraprestações.

A Companhia efetuou o inventário dos contratos, avaliando se esses contêm ou não arrendamento de acordo com o IFRS 16/NBC TG 06 (R3). Esta análise identificou impactos, principalmente, relacionados às operações de arrendamento de veículos, geradores e outros equipamentos.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE SETEMBRO DE 2022 EM MILHARES DE REAIS

Os contratos de arrendamento de curto prazo (doze meses ou menos) e os de baixo valor (materialidade definida internamente) não foram objeto dessa análise, conforme faculta a norma. Para esses contratos a Companhia continuará a reconhecer uma despesa de arrendamento em uma base linear, caso ocorram.

Ao mensurar os passivos de arrendamento, a Companhia descontou os pagamentos aplicando a taxa de 6,84% a.a., WACC operacional, aprovado pelas Agências Reguladoras.

A CASAN adotou a nova norma escolhendo o modelo de adoção retrospectiva modificada com efeito cumulativo na data da aplicação inicial:

- (i) se teriam ocorrido ajustes por remensuração;
- (ii) qual a maturidade dos contratos/vencimento das prestações nos próximos exercícios;

Os contratos avaliados possuem vencimento máximo de 60 meses e a última parcela a ser liquidada é estimada no exercício de 2025.

Maturidade dos contratos					
Vencimento das prestações	30/09/2022	31/12/2022			
2022	12.885	11.867			
2023	11.710	10.048			
2024	3.824	1.992			
2025	625	337			

(iii) juros incorridos no período;

Conforme tabela de arrendamento mercantil abaixo.

(iv) contraprestações pagas;

O montante liquidado em 30 de setembro de 2022 corresponde a R\$11.169.

(v) PIS/COFINS incidentes nas contraprestações.

O passivo de arrendamento foi mensurado, no reconhecimento inicial, pelo valor integral obtido pelo desconto a valor presente dos fluxos de caixa de pagamentos de arrendamentos, sem qualquer segregação dos tributos a recuperar;

Os saldos de direito de uso e arrendamento mercantil em 30 de setembro de 2022 estão representados da seguinte forma:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE SETEMBRO DE 2022 EM MILHARES DE REAIS

ATIVO	31 de dezembro de 2021	Revisão /novos contratos	Baixas	Dep	reciação	30 de setembro de 2022
Direito de uso sobre contratos de arrendamento	21.167	5.609	0	(1	0.260)	16.516
	21.167	5.609	0	(1	0.260)	16.516
PASSIVO	31 de dezembro de 2021	Revisão /novos contratos	Amortiz	ação	Ajuste a valor presente	setembro
Arrendamento	22.604	5.609	(10.26	0)	535	18.488
	22.604	5.609	(10.26	0)	535	18.488
				Cir	culante	14.221
				Não	Circular	ite 4.267

4. GERENCIAMENTO DE RISCO

4.1. Gestão de Risco Financeiro

A Companhia apresenta exposição aos seguintes fatores de riscos financeiros:

Risco de Liquidez

Risco de Mercado

4.2. Gestão de Capital

O objetivo da gestão de capital da companhia é de assegurar sua capacidade de continuidade para suportar seus investimentos e oferecer retorno aos seus acionistas. A companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira, o qual corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total (capital próprio mais capital de terceiros). A dívida líquida corresponde ao total de empréstimos e financiamentos subtraídos de caixa e equivalente de caixa e aplicações financeiras de liquidez imediata, conforme tabela abaixo:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE SETEMBRO DE 2022 EM MILHARES DE REAIS

	30 de setembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Total de Empréstimos e Financiamentos (nota 16)	1.546.986	1.399.718
(-) Caixa e equivalentes de caixa (nota 7)	(2.465)	(142)
(-) Títulos e Valores Mobiliários de Liquidez Imediata (nota 8)	(70.362)	(94.382)
Dívida Líquida	1.474.159	1.305.194
Total do Patrimônio Líquido	1.847.577	1.671.985
Capital Total	3.321.736	2.977.179
Índice de Alavancagem	44%	44%

4.3 Instrumentos Financeiros

Empréstimos e financiamentos – o principal propósito desse instrumento financeiro é gerar recursos para financiar os programas de expansão da Companhia e eventualmente gerenciar as necessidades de seus fluxos de caixa no curto prazo.

Empréstimos e financiamentos em moeda nacional – são classificados como passivos financeiros mensurados ao valor justo. Os valores de mercado desses empréstimos são equivalentes aos seus valores contábeis.

Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira – coerentes com a política financeira da Companhia e estão contabilizados pelos seus valores de mercado em reais, mediante a cotação da data da elaboração do demonstrativo.

Os valores contábeis e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia em 30 de setembro de 2022 e de 31 de dezembro de 2021 são:

	30 de setembro de 2022	31 de dezembro de 2021	30 de setembro de 2022	31 de dezembro de 2021
	Contábil	Contábil	Valor Justo	Valor Justo
Caixa e equivalentes de caixa	2.465	142	2.465	142
Títulos e Valores Mobiliários de Liquidez Imediata	70.362	94.382	70.362	94.382
Contas a Receber (líquido de PDD)	244.777	218.501	244.777	218.501
Empréstimos e Financiamentos em moeda nacional	(978.272)	(779.604)	(978.272)	(779.604)
Empréstimos e Financiamentos em moeda estrangeira	(568.714)	(620.114)	(568.714)	(620.114)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE SETEMBRO DE 2022 EM MILHARES DE REAIS

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia de clientes e em títulos de investimento.

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. Entretanto, a administração também considera a demografia da sua base de clientes, incluindo o risco de crédito da indústria.

Para reduzir esse tipo de risco e para auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora as contas a receber de consumidores realizando diversas ações de cobrança, incluindo a interrupção do fornecimento caso o consumidor deixe de realizar seus pagamentos. No caso dos consumidores o risco de crédito é baixo devido à grande pulverização da carteira.

Risco de mercado:

Relaciona-se ao risco de os retornos do negócio declinarem devido a fatores de mercado independentemente das decisões e ações da Companhia. O risco de mercado incorpora inúmeros riscos diferentes, como:

- Risco de taxas de juros: relaciona-se à elevação das taxas de juros às quais a Companhia está exposta em função dos empréstimos e financiamentos assumidos e também à possível redução das taxas de remuneração das suas aplicações;
- Risco de taxas de câmbio: refere-se às potenciais perdas devido às inesperadas mudanças nas taxas de câmbio das moedas às quais estão vinculados os financiamentos obtidos pela Casan;

Risco Financeiro:

Relaciona-se com o grau de incerteza associado ao pagamento do passivo e do patrimônio líquido usados para financiar um negócio. Quanto maior é a proporção de dívida usada para financiar uma Companhia, maior será o seu risco financeiro. O financiamento da dívida condiciona ao pagamento de juros e amortizações, aumentando, assim, o risco. A incapacidade de atender às obrigações associadas ao uso da dívida pode resultar na insolvência da empresa e em perdas para os portadores de títulos da dívida, bem como para acionistas.

A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros. Todas as operações estão registradas em contas patrimoniais e se destinam a atender suas necessidades operacionais e de expansão, bem como reduzir a exposição a riscos financeiros, principalmente de crédito e de taxa de juros.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE SETEMBRO DE 2022 EM MILHARES DE REAIS

Análise de Sensibilidade a Taxa de Juros

A Administração da Companhia efetua o cálculo de sensibilidade a uma possível mudança na taxa de rentabilidade dos juros sobre as aplicações financeiras, os empréstimos, os financiamentos e as debêntures sujeito a taxa de juros variáveis, que possam gerar impactos significativos. Se as taxas mantidas em reais variassem em torno de 10%, 15%, 25% e 50% para mais ou para menos, com todas as outras variáveis mantidas constantes, o efeito seria o demonstrado a seguir:

Descrição	Indexador	30.09.2022	+10%	-10%	+15%	-15%	+25%	-25%	+50%	-50%
Passivo Financeiro		999.358	1.099.292	899.421	1.149.259	849.452	<u>1.249.196</u>	749.519	<u>1.499.036</u>	499.680
CAIXA	UPR	202.405	222.646	182.165	232.766	172.044	253.006	151.804	303.608	101.203
BNDES	URTJLP	21.086	23.195	18.977	24.249	17.923	26.358	15.815	31.629	10.543
Debêntures	CDI	582.546	640.801	524.291	669.928	495.164	728.183	436.910	873.819	291.273
Banco Safra	CDI	50.914	56.004	45.822	58.550	43.276	63.641	38.185	76.370	25.457
Banco do Brasil	CDI	47.314	52.045	42.583	54.411	40.217	59.143	35.486	70.971	23.657
ABC	CDI	47.833	52.616	43.050	55.008	40.658	59.791	35.875	71.750	23.917
Santander	CDI	47.260	51.985	42.533	54.348	40.170	59.074	35.444	70.889	23.630
CDI		13,65	15,015	12,285	15,6975	11,6025	17,0625	10,2375	20,475	6,825
UPR		22,01762336	24,2193857	19,815861	25,32026686	18,71497986	27,5220292	16,5132175	33,026435	11,0088117
URTJLP		2,060974	2,2670714	1,8548766	2,3701201	1,7518279	2,5762175	1,5457305	3,091461	1,030487

Análise de Sensibilidade a Taxa de Câmbio

A Administração da Companhia efetua o cálculo de sensibilidade a uma possível mudança na taxa de câmbio sobre os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira que possam gerar impactos significativos. Se as taxas variassem em torno de 10%, 15%, 25% e 50% para mais ou para menos, com todas as outras variáveis mantidas constantes, o efeito seria o demonstrado a seguir:

Descrição	Moeda	30.09.2022	+10%	-10%	+15%	-15%	+25%	-25%	+50%	-50%
Passivo		568.714	625.586	511.842	<u>654.021</u>	483.407	710.893	426.535	853.072	284.358
AFD	Euro	268.907	295.798	242.016	309.243	228.571	336.134	201.680	403.361	134.454
JICA	Ien	299.807	329.788	269.826	344.778	254.836	374.759	224.855	449.711	149.904
Euro		5,2904	5,81944	4,76136	6,08396	4,49684	6,613	3,9678	7,9356	2,6452
Ien		0,03737	0,041107	0,033633	0,042975	0,031764	0,0467125	0,0280275	0,056055	0,018685

Considerações gerais:

Em 30 de setembro de 2022, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE SETEMBRO DE 2022 EM MILHARES DE REAIS

Caixa e equivalentes de caixa – estão apresentados ao seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil;

Aplicações financeiras – são classificadas como destinadas à negociação. O valor de mercado está refletido nos valores registrados nos balanços patrimoniais;

Títulos e valores mobiliários – são classificados como mantidos até o vencimento e registrados contabilmente pelo custo amortizado. Os valores registrados equivalem, na data do balanço, aos seus valores de mercado;

Contas a Receber – decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como mantidos até o vencimento e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicáveis.

5. PRINCIPAIS JULGAMENTOS E ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados com base na experiência histórica e outros fatores, e incluem as expectativas de eventos futuros razoavelmente prováveis.

Principais premissas e estimativas contábeis

A Companhia estabelece estimativas e premissas referentes ao futuro. Tais estimativas contábeis, por definição, podem divergir dos resultados reais. As estimativas e premissas que possuem um risco significativo de se concretizarem por valor diferente do previsto e, por isso, podem provocar um ajuste importante nos saldos contábeis de ativos e passivos dentro do próximo exercício contábil estão divulgadas abaixo:

a. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A Companhia registra a provisão para créditos de liquidação duvidosa em valor considerado suficiente pela administração para cobrir perdas prováveis, com base na análise das contas a receber de clientes.

A metodologia para determinar tal provisão exige estimativas significativas, considerando uma variedade de fatores, entre eles a avaliação do histórico de cobranças, tendências econômicas atuais, estimativas de baixas previstas, vencimento da carteira de contas a receber e outros fatores. Ainda que a Companhia acredite que as estimativas utilizadas são razoáveis, os resultados reais podem diferir de tais estimativas.

b. Impairment de ativos de vida útil longa

A Companhia realiza teste de *impairment* em ativos de vida útil longa, principalmente no ativo Intangível, que inclui os bens do sistema de água e esgoto detidos e usados no negócio, para determinar quando eventos ou mudanças nas circunstâncias

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE SETEMBRO DE 2022 EM MILHARES DE REAIS

indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos pode não ser recuperável.

A avaliação do *impairment* dos ativos de vida útil longa exige o uso de premissas e estimativas com relação a assuntos inerentemente incertos, incluindo projeções de receitas operacionais e fluxo de caixa futuros, taxas de crescimento estimadas e a vida útil remanescente dos ativos, entre outros fatores. Além disso, as projeções são calculadas para um longo período de tempo, o que sujeita essas premissas e estimativas a um grau de incerteza ainda maior. Ainda que a Companhia acredite que as estimativas utilizadas são razoáveis, o uso de premissas diferentes pode afetar materialmente o valor recuperável.

c. Provisões para contingências

A Companhia é parte em vários processos legais envolvendo valores significativos. Tais processos incluem, entre outros, demandas fiscais, trabalhistas, cíveis, ambientais, contestações de clientes e fornecedores e outros processos. Informações adicionais sobre tais processos são apresentadas na nota explicativa nº20. A Companhia constitui provisão para perdas prováveis resultantes dessas demandas e processos quando conclui que a probabilidade de perda é provável e o valor de tal perda pode ser razoavelmente estimado. Logo, a Companhia precisa fazer julgamentos a respeito de eventos futuros. Como resultado do julgamento exigido na avaliação e cálculo dessas provisões para contingências, as perdas reais realizadas em períodos futuros podem diferir significativamente das estimativas atuais e, inclusive, exceder os valores provisionados.

d. Complementação de beneficios a empregados

O valor presente das obrigações previdenciárias depende de uma série de fatores que são determinados de acordo com uma base atuarial usando uma série de premissas. As premissas usadas na determinação do custo líquido para aposentadoria dos colaboradores incluem a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas causarão impacto no valor contábil das obrigações previdenciárias.

A Companhia determina as taxas de desconto apropriadas ao final de cada exercício, que representa a taxa de juros que deve ser usada para determinar o valor presente de desembolsos futuros de caixa, que se espera sejam exigidos para a liquidação das obrigações previdenciárias.

Outras premissas chave para obrigações previdenciárias são em parte baseadas nas condições do mercado corrente. Informações adicionais sobre os planos previdenciários são apresentadas na nota explicativa nº 21.

Diferenças na experiência atual ou mudanças nas premissas podem afetar o valor contábil das obrigações previdenciárias e despesas reconhecidas nos resultados da Companhia.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE SETEMBRO DE 2022 EM MILHARES DE REAIS

6. INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS OPERACIONAIS

A Administração da Companhia definiu os segmentos operacionais com base nos relatórios em BR GAAP utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisados pela Diretoria Executiva.

As informações por segmento de negócios para o exercício findo em 30 de setembro de 2022 são as seguintes:

Receita bruta das vendas e dos serviços prestados Deduções da receita bruta Receita líquida das vendas e dos serviços prestados Custos dos serviços prestados e dos produtos vendidos Lucro bruto Despesas com vendas, gerais e administrativas Outras receitas/despesas operacionais líquidas Lucro antes do resultado financeiro e impostos 889.876 232.621 1.122.497 (106.063) 805.758 210.676 1.016.434 (583.376) (583.376) (80.254) (211.883) 12.390		Água	Esgoto	Total na demonstração de resultado
Receita líquida das vendas e dos serviços prestados Custos dos serviços prestados e dos produtos vendidos Lucro bruto Depreciação e amortização operacional Despesas com vendas, gerais e administrativas Outras receitas/despesas operacionais líquidas 805.758 210.676 1.016.434 (583.376) (680.254) (80.254) (211.883)	Receita bruta das vendas e dos serviços prestados	889.876	232.621	1.122.497
Custos dos serviços prestados e dos produtos vendidos(583.376)Lucro bruto433.058Depreciação e amortização operacional Despesas com vendas, gerais e administrativas Outras receitas/despesas operacionais líquidas(211.883)	Deduções da receita bruta	(84.118)	(21.945)	(106.063)
vendidos Lucro bruto Adagrafia Depreciação e amortização operacional Despesas com vendas, gerais e administrativas Outras receitas/despesas operacionais líquidas (583.376) (80.254) (80.254) (211.883)	Receita líquida das vendas e dos serviços prestados	805.758	210.676	1.016.434
Depreciação e amortização operacional(80.254)Despesas com vendas, gerais e administrativas(211.883)Outras receitas/despesas operacionais líquidas12.390	, 1			(583.376)
Despesas com vendas, gerais e administrativas Outras receitas/despesas operacionais líquidas (211.883) 12.390	Lucro bruto			433.058
Outras receitas/despesas operacionais líquidas 12.390	Depreciação e amortização operacional			(80.254)
	Despesas com vendas, gerais e administrativas			(211.883)
Lucro antes do resultado financeiro e impostos 153.311	Outras receitas/despesas operacionais líquidas			12.390
	Lucro antes do resultado financeiro e impostos			153.311

As informações por segmento de negócios para o exercício findo em 30 de setembro 2021 são as seguintes:

	Água	Esgoto	Total na demonstração de resultado
Receita bruta das vendas e dos serviços prestados	804.484	188.561	993.045
Deduções da receita bruta	(75.103)	(17.531)	(92.634)
Receita líquida das vendas e dos serviços prestados Custos dos serviços prestados e dos produtos	729.381	171.030	900.411
vendidos			(445.625)
Lucro bruto			454.786
Depreciação e amortização operacional			(75.495)
Despesas com vendas, gerais e administrativas			(170.669)
Outras receitas/despesas operacionais líquidas			6.823
Lucro antes do resultado financeiro e impostos		-	215.445

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE SETEMBRO DE 2022 EM MILHARES DE REAIS

Os ativos correspondentes aos segmentos reportados apresentam-se conciliados com o total do ativo, conforme segue:

	30 de setembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Total do Ativo Circulante	519.100	483.085
Contas a receber de clientes, líquido	27.884	27.751
Ativo financeiro	12.490	12.490
Depósitos dados em garantia	118.092	103.949
Ativo fiscal diferido	91.558	90.284
Direito de Uso de Bem	16.516	21.167
Total do ativo não circulante	266.540	255.641
Investimentos	34	304
Imobilizado	55.647	42.748
Obras em andamento	1.231.528	1.247.362
Ativo intangível	2.160.525	1.878.531
Ativos dos segmentos reportados	3.447.734	3.168.945
Ativo total, conforme balanço patrimonial	4.233.374	3.907.671

Receita Operacional por Superintendência: Água

	30 de setembro de 2022	30 de setembro de 2021
Metropolitana	374.849	306.251
Sul/Serra	161.223	149.964
Oeste	191.711	173.690
Norte/Vale	162.093	174.579
Total	889.876	804.484

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE SETEMBRO DE 2022 EM MILHARES DE REAIS

Receita Operacional por Superintendência: Esgoto

	30 de setembro de 2022	30 de setembro de 2021
Metropolitana	154.689	129.133
Sul/Serra	33.229	26.543
Oeste	31.825	23.929
Norte/Vale	12.878	8.956
Total	232.621	188.561

Receita Operacional por Município: Água

	30 de setembro de 2022	30 de setembro de 2021
Florianópolis	204.550	179.135
Chapecó	53.113	47.480
Criciúma	64.221	60.553
Rio do Sul	23.871	21.290
São José	87.839	78.025
Outros	456.282	418.001
Total	889.876	804.484

Receita Operacional por Município: Esgoto

	30 de	30 de
	setembro de	setembro de
	2022	2021
Florianópolis	115.810	98.981
Chapecó	21.915	19.093
Criciúma	23.166	17.248
Rio do Sul	-	-
São José	33.646	29.202
Outros	38.084	24.037
Total	232.621	188.561

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE SETEMBRO DE 2022 EM MILHARES DE REAIS

Resumo dos custos e despesas

	30 de	30 de
	setembro de	setembro de
Despesas	2022	2021
Custo dos serviços prestados e		
dos produtos vendidos	583.376	445.625
Vendas	66.148	57.968
Gerais e Administrativas	225.988	188.197
Total	875.512	691.790

Resumo das receitas

	30 de	30 de
	setembro de	setembro de
Receitas	2022	2021
Água	889.876	804.484
Esgoto	232.621	188.561
Total	1.122.497	993.045

Informações sobre os produtos e serviços

O objetivo da CASAN é planejar, executar, operar e explorar os serviços públicos de esgoto e abastecimento de água potável.

7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e Equivalentes de Caixa incluem caixa e depósitos, como segue abaixo:

	30 de setembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Bens numerários	-	-
Bancos	2.465	142
Total Caixa e Equivalentes de Caixa	2.465	142

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE SETEMBRO DE 2022 EM MILHARES DE REAIS

8. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Em 30 de setembro de 2022, o montante de R\$70.362 (R\$94.382 em 31 de dezembro de 2021) refere-se a aplicações em fundos de renda fixa, remunerados com base no CDI – Certificado de Depósitos Interbancário em instituições financeiras renomadas. Do montante total de R\$70.362 em 30 de setembro de 2022, R\$34.422 refere-se à aplicação dos Recursos destinados especificamente a obras de expansão da companhia, devendo ser aplicado somente para este fim, o restante, R\$35.940, refere-se a aplicações sem destinação específica no seu uso.

9. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pelo serviço prestado no decurso normal de suas atividades e são registradas e mantidas pelo valor nominal dos títulos decorrentes da prestação dos serviços. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

	30 de setembro de	31 de dezembro de
Circulante	2022	2021
Consumidores finais	224.668	204.778
Entidades públicas	9.601	8.147
Consumo a faturar	70.212	65.991
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa PCLD	(59.704)	(60.415)
Total Circulante	244.777	218.501
Não circulante		
Consumidores finais	18.453	18.274
Entidades públicas	9.431	9.477
Créditos reconhecidos como perdas	280.756	257.758
(-) Perdas reconhecidas	(280.756)	(257.758)
Total Não circulante	27.884	27.751
Total Contas a Receber de Clientes	272.661	246.252

A seguir apresentam-se as contas a receber em 30 de setembro de 2022, segregadas pela faixa de idade dos saldos:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE SETEMBRO DE 2022 EM MILHARES DE REAIS

Categoria	A vencer	< 90 dias	> 90 dias e < 180 dias	> 180 dias e < 720 dias	> 720 dias	Total
Comercial	22.986	5.897	2.407	7.239	32.010	70.539
Industrial	3.546	553	205	519	5.640	10.463
Pública	10.167	3.618	2.689	11.406	96.863	124.743
Residencial	102.348	38.544	9.181	40.540	146.243	336.856
Consumo a faturar	70.520	-	-	-	-	70.520
	209.567	48.612	14.482	59.704	280.756	613.121
PCLD	_		-	(59.704)	(280.756)	(340.460)
Total Contas a Receber	209.567	48.612	14.482			272.661

a) A rubrica Arrecadação a Discriminar é retificadora do Contas a Receber de Clientes.

São lançados nesta conta, valores recebidos das faturas de água e esgoto que não foram identificados pelos órgãos arrecadadores, tais como problemas na identificação do código de barras, erros de matrículas ou pagamentos em agentes não credenciados.

Em 30 de setembro de 2022 a conta apresenta um saldo de R\$13.880 (R\$13.590 em 31 de dezembro de 2021).

10. ESTOQUES

Os estoques de materiais são destinados ao consumo e à manutenção dos sistemas de água e esgoto. Estes são demonstrados pelo custo médio de aquisição e estão classificados no ativo circulante.

	30 de setembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Materiais em almoxarifado	117.470	66.031
Outros		
Total Estoques	117.470	66.031

O aumento dos estoques se deu por conta do aumento dos custos dos insumos, além do aumento do nº de itens em estoques em função das obras do planejamento hídrico.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE SETEMBRO DE 2022 EM MILHARES DE REAIS

11. IMPOSTOS A RECUPERAR

Apresenta a seguinte composição:

	30 de setembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Imposto de Renda 2022 a compensar	29.027	46.744
Contribuição Social 2022 a compensar	10.773	17.236
Impostos retidos a recuperar	6.307	6.121
Outros	12.316	13.986
	58.423	84.087

12. OUTROS

Classificam-se neste grupo os valores referentes a adiantamentos a funcionários e fornecedores, convênios com prefeituras, depósitos em caução, impostos e contribuições antecipadas ou a recuperar e outras contas. Esses créditos são apresentados no ativo circulante, salvo se sua realização ocorrer em período superior a um ano após a data da demonstração, quando devem figurar no ativo não circulante.

	30 de setembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Adiantamentos a fornecedores	7.568	5.603
Convênios com prefeituras	4.545	5.223
Adiantamentos a empregados	5.976	2.096
Pagamentos reembolsáveis	1.222	1.265
Outros créditos	902	905
Total	20.213	15.092

Os convênios com municípios referem-se, substancialmente, a recursos repassados por meio de convênio de parceirização para a manutenção e a preservação de mananciais, a repavimentação e a gestão dos serviços públicos de abastecimento de água e de coleta, remoção e tratamento de esgotos sanitários. Esses repasses são realizados à medida que esses municípios prestam contas à CASAN.

13. ATIVO FINANCEIRO

Até 30 de setembro de 2022 a Companhia mantinha registrado em conta do Ativo Realizável a Longo Prazo (Ativos Financeiro) os valores decorrentes de Contratos de Concessão denunciados por parte dos municípios que os romperam, os quais

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE SETEMBRO DE 2022 EM MILHARES DE REAIS

provocaram ações judiciais por parte da CASAN, pleiteando indenizações contratuais dos investimentos em ativos operacionais.

Com base nos contratos que continham cláusula prevendo indenização no caso de rescisão ou extinção, a reversão prevê indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis ainda não depreciados ou amortizados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e a atualidade do serviço concedido.

Ativos financeiros	Saldo Contábil antes dos ajustes	12,5% a.a.	Nº anos restantes	<u>Ajustes em</u> 2011 a 2021	<u>Saldo</u> <u>Contábil em</u> <u>30/09/2022</u>
Imbituba	24.816	3.108	0	24.816	0
Gravatal	8.267	1.033	1	7.234	1.033
Morro da Fumaça	4.438	555	4	2.219	2.219
São José do Cedro	3.585	448	0	3.585	0
Bombinhas	6.933	850	3	4.284	2.649
Ilhota	1.498	188	3	934	564
Princesa	189	24	4	94	95
Guabiruba	2.062	258	4	1.031	1.031
Videira	9.798	1.225	4	4.899	4.899
_	61.586	7.689	·	49.096	12.490

Até o presente momento a Companhia possui ações indenizatórias contra esses municípios em virtude dos investimentos realizados. Adicionalmente, a Companhia está elaborando novas ações de indenizações contra os demais municípios que rescindiram o contrato de exploração de água e esgoto.

Segue abaixo demonstrativo, por município, das indenizações pleiteadas judicialmente:

Prefeitura municipal de:	Ano da saída	Saldos em 30 de setembro de 2022	Prefeitura municipal de:	Ano da saída	Saldos em 30 de setembro de 2022
Tubarão	2005	17.000	Camboriú	2005	7.000
Balneário Gaivota	2010	2.420	Navegantes	2005	6.000
Campo Alegre	2011	1.879	Ilhota	2017	2.215
Canelinha	2009	4.094	Balneário Camboriú	2005	40.000
Capivari de Baixo	2010	955	Schroeder	2007	2.000
Corupá	2010	3.982	Sombrio	2007	2.594

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE SETEMBRO DE 2022 EM MILHARES DE REAIS

Fraiburgo	2005	2.200	São Francisco do Sul	2013	7.047
Guaramirim	2007	6.535	Itajaí	2005	30.000
Itapoá	2007	3.469	Joinville	2005	135.000
Imbituba	2014	25.037	Papanduva	2005	800
Massaranduba	2010	2.486	Três Barras	2011	2.281
Meleiro	2009	571	Timbó	2005	5.000
Palhoça	2007	10.000	Itapema	2005	4.000
Penha	2012	8.896	São José do Cedro	2014	3.584
Praia Grande	2013	1.078	Lages	2005	110.000
Presidente Getúlio	2010	4.536	Garuva	2012	475
João Batista	2005	1.900	Gravatal	2015	8.308
Bombinhas	2017	7.100	Videira	2018	9.000
Princesa	2017	191	Guabiruba	2018	3.072
Total de Indenizações					482.705

14. ATIVO FISCAL DIFERIDO

Em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 a Companhia reconheceu ativos fiscais diferidos decorrentes de diferenças temporárias como segue:

				setembro de 2022	dezembro de 2021
Natureza dos ativos:	Base de cálculo	IRPJ	CSLL	Total	Total
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	59.704	14.926	5.373	20.299	20.541
Provisão para contingências trabalhistas	14.281	3.571	1.285	4.856	4.122
Provisão para contingências cíveis	63.800	15.950	5.742	21.692	20.910
Provisão para contingências ambientais	4.500	1.125	405	1.530	1.530
Prejuízo Fiscal	127.002	31.750	11.431	43.181	43.181
	269.287	67.322	24.236	91.558	90.284
Classificação do ativo diferido: Realizável a longo prazo				91.558	90.284

A realização destes ativos fiscais diferidos dar-se-á pelo pagamento das provisões efetuadas ou, quando for o caso, pela realização das perdas provisionadas, em consonância com o CPC 32.

As movimentações do ativo fiscal diferido em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 são as seguintes:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE SETEMBRO DE 2022 EM MILHARES DE REAIS

Imposto de Renda diferido ativo	Provisão para contingências	Provisão p/devedores duvidosos	Prejuízo Fiscal	Ajuste a Valor Justo	Total
Em 01 de janeiro de 2021	25.747	22.487	43.181	4.592	96.007
Creditado/Debitado à demonstração do resultado	815	(1.946)	0	(4.592)	(5.723)
Em 31 de dezembro de 2021	26.562	20.541	43.181	0	90.284
Creditado/Debitado à demonstração do resultado	1.516	(242)	0		1.274
Em 30 de setembro de 2022	28.078	20.299	43.181		91.558

15. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

Em 30 de setembro de 2022 os ativos Intangível, Imobilizado e as Obras em Andamento da Companhia estão representados pelos bens destinados às atividades operacionais e administrativas, como segue abaixo:

a) Ativos Intangíveis

	31 de dezembro de 2021 Líquido	Amortização	Baixas/ Munici- palizações e Ajustes	Aquisições / Transf.	30 de setembro de 2022 Líquido
Sistema de Água Produção/Distribuição	939.588	(40.026)	(177)	74.865	974.250
Sistema de Esgoto Redes/Tratamento	938.943	(39.697)	(4)	287.033	1.186.275
Total	1.878.531	(79.723)	(181)	361.898	2.160.525

Estão representados abaixo, por município, a composição dos Ativos Intangíveis destinados as atividades operacionais da Companhia:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE SETEMBRO DE 2022 EM MILHARES DE REAIS

Município	30 d	31 de dezembro de 2021		
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Caçador	16.994	(7.946)	9.048	9.355
Concórdia	104.451	(11.651)	92.800	19.800
Chapecó	243.465	(91.486)	151.979	153.202
Criciúma Sistema Local e Integrado	334.531	(141.560)	192.971	171.498
Curitibanos	116.892	(14.007)	102.885	106.208
Florianópolis Sistema Local e Integrado	1.245.535	(546.181)	699.354	675.844
Laguna	102.046	(18.891)	83.155	81.508
Rio do Sul Sistema Local e Integrado	41.635	(15.877)	25.758	23.565
Santo Amaro da Imperatriz	21.424	(8.350)	13.074	12.014
São Joaquim	65.252	(17.785)	47.467	43.679
São José	98.636	(39.749)	58.887	53.983
São Miguel do Oeste Sistema Local e Integrado	30.614	(11.101)	19.513	19.850
Siderópolis	15.935	(5.318)	10.617	10.828
Demais 181 Municípios	898.115	(245.098)	653.017	497.197
	3.335.525	(1.175.000)	2.160.525	1.878.531

b) Obras em andamento

As obras em andamento referem-se principalmente a novos projetos e melhorias operacionais, assim representadas:

	30 de setembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Água		
Produção	259.990	114.365
Distribuição	33.600	37.556
Projetos e obras de operação Imediata	30.298	22.652
Total Água	323.888	174.573
Esgoto		
Coleta, tratamento e lançamento final, estudos e projetos em elaboração	845.156	917.848
Projetos e obras de operação Imediata	2.524	2.871
Total Esgoto	847.680	920.719

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE SETEMBRO DE 2022 EM MILHARES DE REAIS

Projetos e obras administrativas	18.163	104.293
Estoques de obras, adiantamentos a terceiros e	41.797	47.777
convênios com prefeituras		
Total Obras Administrativas e Estoque de Obras	59.960	152.070
Total Obras em Andamento	1.231.528	1.247.362

Do montante total das Obras em Andamento, os efeitos da Variação Cambial positiva ocasionaram uma diminuição nas obras em R\$78.955 durante o terceiro trimestre de 2022.

De janeiro a setembro de 2022, a Companhia investiu R\$ 365.599 nos municípios catarinenses.

c) Ativos Imobilizados (administrativos)

Os ativos imobilizados são todos os bens da Companhia destinados às atividades administrativas:

31 de dezembro de 2021 Líquido	Depreciação	Baixas/ Munici- palizações e Ajustes	Aquisições / Transf.	30 de setembro de 2022 Líquido
42.728	(4.626)	(2.003)	19.528	55.647

Ativos Administrativos

Em 1996 a Companhia procedeu às reavaliações de seus ativos, que compreendiam terrenos, edificações, máquinas, equipamentos e redes. O laudo de avaliação foi emitido pela Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária – FAPEU e datado de 30 de abril de 1996. A taxa de depreciação dos bens reavaliados foi ajustada em função da vida útil remanescente, indicada no laudo de avaliação.

Em 30 de novembro de 2011 a Fundação de Estudos e Pesquisas Sócio-Econômicos – FEPESE, emitiu laudo de avaliação dos ativos da Companhia, gerando novo saldo de avaliação.

O saldo da reavaliação de ativos próprios alocada no imobilizado é como segue:

	30 de	31 de
	setembro de	dezembro
	2022	de 2021
Ativos reavaliados	266.063	282.507
Tributos sobre a reavaliação	(67.509)	(71.681)
Saldo da reavaliação	198.554	210.826

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE SETEMBRO DE 2022 EM MILHARES DE REAIS

Depreciação e Amortização

As taxas anuais de depreciação e amortização são as seguintes:

Imobilizado e Intangível	30 de setembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Construção civil	4%	4%
Equipamentos	10%	10%
Equipamentos de transporte	20%	20%
Móveis e utensílios	10%	10%

16. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

As contas de Empréstimos e Financiamentos registram as operações da Companhia junto a Instituições Financeiras do país ou exterior, cujos recursos são destinados a financiar compra de ativos, obras e/ou capital de giro. A seguir demonstramos os Empréstimos ajustados a valor presente, conforme a taxa contratual de cada contrato, obtida nas notas explicativas abaixo:

•	30 de setembro de 2022
Operações no exterior:	
Agência Francesa de Desenvolvimento - AFD	298.998
(-) Juros a Apropriar	(30.091)
Japan International Cooperation Agency - JICA	319.120
(-) Juros a Apropriar	(19.313)
Total Operações líquidas no exterior	568.714
Operações no país:	
Caixa Econômica Federal – CAIXA - Obras	330.003
(-) Juros a Apropriar	(127.598)
Debêntures	855.064
(-) Juros a Apropriar	(272.518)
Banco Safra	63.726
(-) Juros a Apropriar	(12.812)
Banco do Brasil	66.877
(-) Juros a Apropriar	(19.563)
Banco ABC	79.085
(-) Juros a Apropriar	(31.252)
Banco Santander	70.693
(-) Juros a Apropriar	(23.433)
Total Operações Líquidas no país	978.272
Total Empréstimos e Financiamentos	1.546.986

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE SETEMBRO DE 2022 EM MILHARES DE REAIS

Abaixo a comparação com o ano de 2021, pelo seu valor líquido:

	Passivo C	Sirculante	Passivo Não Circulante			
	30 de setembro de 2022	31 de dezembro de 2021	30 de setembro de 2022	31 de dezembro de 2021	Encargos incidentes	
Operações no exterior: Agência Francesa de						
Desenvolvimento - AFD	57.807	66.087	211.100	283.752	Ver nota explicativa	
Japan International Cooperation Agency - JICA	38.041	64.647	261.766	205.628	1,20% a.a.	
Total Operações no exterior	95.848	130.734	472.866	489.380		
Operações no país:						
Caixa Econômica Federal – CAIXA – Obras	11.170	10.740	191.235	194.086	Ver nota explicativa	
Debêntures	103.394	4.457	479.152	570.321	Ver nota explicativa	
Banco Safra	20.347	-	30.567	-	Ver nota explicativa	
Banco do Brasil	13.630	-	33.684	-	Ver nota explicativa	
Banco ABC	14.157	-	33.676	-	Ver nota explicativa	
Banco Santander	2.601	-	44.659	-	Ver nota explicativa	
Total Operações no país	165.299	15.197	812.973	764.407		
Total Empréstimos e Financiamentos	261.147	145.931	1.285.839	1.253.787		

- a. Em 30 de setembro de 2022 os contratos de empréstimos junto a AFD estavam sujeitos a COVENANTS (idem em 31 de dezembro de 2021).
- b. As amortizações do principal e dos encargos financeiros incorridos de empréstimos e financiamentos externos e internos vencíveis a longo prazo obedecem ao seguinte escalonamento:

Ano:	setembro de 2022
2022	46.338
2023	257.653
2024	304.750
Após 2025	938.245
Total	1.546.986

c. Os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira foram convertidos para reais, mediante a utilização das taxas de câmbio vigentes na data de fechamento, sendo 1 Euro equivalente a R\$5,2904 em 30 de setembro de 2022 e R\$6,321 em 31

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE SETEMBRO DE 2022 EM MILHARES DE REAIS

de dezembro de 2021 e, 1 Iene equivalente a R\$0,03737 em 30 de setembro de 2022 e R\$0,04847 em 31 de dezembro de 2021.

Agência Francesa de Desenvolvimento – AFD

Em 18 de dezembro de 2012 foi assinado o contrato de financiamento junto a Agência Francesa de Desenvolvimento – AFD, no montante de R\$350.660 (€99.756), que tem como objetivo realizar investimentos em infraestrutura de saneamento básico em municípios de médio porte localizados em Santa Catarina. A taxa de juros do financiamento é definida nas datas dos desembolsos, resultando em juros de 5,39% sobre €25.000 desembolsados em 22/10/2013, juros de 3,59% sobre €25.000 desembolsados em 07/12/2016 e juros de 3,68% sobre €49.756 desembolsados em 24/08/2017. O financiamento teve prazo de carência de 5 anos. Após a carência, 10 anos de amortização, que se iniciou em 15/10/2017, sendo a última parcela em 15/04/2027. Em 07 de abril de 2021 foi assinado o 3° aditivo contratual que alterou o cronograma para o uso do recurso disponível no contrato de 31 de dezembro de 2018 para 31 de dezembro de 2023. Em 30 de setembro de 2022 o saldo devedor é de R\$268.907 equivalente a €50.829.

<u>Japan International Cooperation Agency – JICA</u>

Em 31 de março de 2010 foi realizada a contratação do financiamento junto ao Banco Japan International Cooperation Agency - JICA, para o Programa de Saneamento no Estado de Santa Catarina. O investimento total é de ¥12.324.000 para as obras e de ¥2.102.000 para consultoria, sendo que os juros incidentes são de 1,20% a.a e 0,01% a.a respectivamente. Até 30 de setembro de 2022 a Companhia recebeu o montante de R\$195.190 (¥5.002.316) para as obras e de R\$81.800 (¥2.098.930) para consultoria. Este financiamento é garantido pela República Federativa do Brasil. O prazo de carência foi de 7 anos, após isso, são 19 anos de amortização. A amortização teve início em 20/03/2017 e finalizará em 20/03/2035. Em 30 de setembro de 2022 o saldo devedor é de R\$299.807 equivalente a ¥8.022.665.

<u>Caixa Econômica Federal – CAIXA – Obras</u>

Os financiamentos obtidos da Caixa Econômica Federal - CAIXA referem-se a diversas linhas de crédito para investimentos em obras de saneamento básico, conforme abaixo:

Ano dos contratos	Vencimentos finais	30 de setembro de 2022	31 de dezembro de 2021
2010	2032	18.195	18.948
2012	2034 a 2036	184.210	185.878
Total		202.405	204.826

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE SETEMBRO DE 2022 EM MILHARES DE REAIS

O valor principal dos contratos e os encargos são pagos em bases mensais. Os contratos firmados têm carência de 14 a 46 meses para pagamento do principal. Os contratos de financiamentos com a Caixa Econômica Federal são garantidos pelas receitas tarifárias da Companhia.

<u>Debêntures</u>

Em 28 de janeiro de 2019, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a primeira emissão de 60.000 mil (sessenta mil) debêntures simples com valor nominal de R\$10.000,00 (dez mil reais), não conversíveis em ações, da espécie com garantia real nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações, divididas em quatro séries, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição.

Em 13 de agosto de 2021 foi realizada uma nova assembleia geral dos Debenturistas para a alteração do início da amortização. A amortização do valor nominal unitário das debêntures será em parcelas mensais e consecutivas, sendo a primeira parcela devida em 12 de março de 2023 e a última em 14 de setembro de 2026.

A Remuneração contempla juros remuneratórios, a partir da respectiva data de liquidação, correspondentes à variação acumulada de 100% das taxas médias diárias dos DI — Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra-grupo", calculadas e divulgadas diariamente pela B3, acrescida exponencialmente de sobretaxa equivalente a 5,75% a.a.

Banco Safra

Em 30 de março de 2022, foi contratado uma CCB - Cédula de Crédito Bancário com o Banco Safra S/A no valor de R\$47.000 (quarenta e sete milhões de reais), com uma taxa de juros de 0,2304% ao mês e taxa CDI correspondente à variação acumulada de 100% das taxas médias diárias dos CDI – "base over", divulgadas pela B3 - S.A. Brasil, Bolsa, Balcão. A carência ficou de 12 meses, com vencimento inicial em 27 de março de 2023 e final em 12 de fevereiro de 2025.

Banco do Brasil

Em 20 de Abril de 2022, foi contratado uma CCB – Cédula de Crédito Bancário com o Banco do Brasil no valor de R\$47.000 (quarenta e sete milhões de reais), com taxa média do CDI divulgadas pela B3 – S.A. Brasil, Bolsa, Balcão e acrescida de uma sobretaxa efetiva de 2,5% ao ano paga mensalmente. A amortização ficou com carência de 12 meses, com vencimento inicial em 15 de abril de 2023 e final em 15 de março de 2027.

Banco ABC

Em 31 de Maio de 2022, foi contratado uma CCB – Cédula de Crédito Bancário com o Banco ABC no valor de R\$47.000 (quarenta e sete milhões de reais), com juros de

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE SETEMBRO DE 2022 EM MILHARES DE REAIS

100% do CDI – Certificado de Depósito Interfinanceiro – Taxa média – CDI "over extragrupo" DI – CETIP, capitalizado diariamente, acrescido da taxa de 3,15% a.a. pago a cada 90 dias. A amortização ficou com carência de 12 meses, com vencimento inicial em 19 de majo de 2023 e final em 28 de abril de 2027.

Banco Santander

Em 05 de Agosto de 2022, foi contratado uma CCB – Cédula de Crédito Bancário com o Banco Santander no valor de R\$46.600 (quarenta e seis milhões e seiscentos mil de reais), com juros de 100% do CDI – Certificado de Depósito Interfinanceiro – Taxa média – CDI/CETIP, capitalizado diariamente, acrescido da taxa de 4,16% a.a. pago mensalmente. A amortização ficou com carência de 12 meses, com vencimento inicial em 05 de agosto de 2023 e final em 05 de julho de 2027.

17. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS

Os valores a seguir representam, entre outros: valores retidos dos colaboradores a repassar às associações de classe ou instituições financeiras (empréstimos consignados na folha); a INSS, IR e FGTS incidentes sobre a folha de pagamento; plano de saúde e previdenciário; programa de alimentação do trabalhador e provisão de férias e seus encargos.

	30 de setembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Circulante:		
Provisão para férias/13ª salário	55.687	32.314
INSS	7.182	6.280
FGTS	1.648	2.145
IR s/folha de pagamento	2.563	3.786
Consignações	4.165	3.672
Outros	696	971
Total Circulante	71.941	49.168
Não Circulante:		
Participação em resultados	3.177	3.177
Total Não Circulante	3.177	3.177

18. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

As composições em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 apresentam os seguintes valores:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE SETEMBRO DE 2022 EM MILHARES DE REAIS

	30 de setembro de 2022	31 de dezembro de 2021
<u>Circulante</u> :		
REFIS	8.295	7.968
COFINS	8.134	6.832
PIS/PASEP	1.761	1.479
Imposto de Renda - retenções	151	147
Imposto de Renda sobre lucro real	30.803	49.991
PIS/COFINS/CSLL - retenções	503	597
INSS de terceiros	950	668
Contribuição social sobre lucro real	11.442	18.681
Outros	812	593
Total circulante	62.851	86.956
Não circulante:		
REFIS	6.754	12.449
Total não circulante	6.754	12.449

Em 18 de abril de 2000 a Companhia optou pelo ingresso no Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, por meio do qual lhe foi possibilitado um regime especial de consolidação e parcelamento de todos os seus débitos relativos a tributos e contribuições administrados pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN e pela Secretaria da Receita Federal – SRF, vencidos até 29 de fevereiro de 2000. Os débitos estão sendo pagos em parcelas mensais, fixas e sucessivas, que estão sendo pagas no vencimento como condição essencial para a manutenção da Companhia no programa. As parcelas de cada um dos débitos são compostas de amortização e juros. A amortização equivale ao resultado da divisão do total devido pelo número total de parcelas e a correção é realizada mediante a aplicação da taxa Selic overnight acumulada. Como garantia a esse parcelamento foram oferecidos bens do ativo imobilizado da Companhia.

A seguir apresenta-se quadro detalhando a dívida consolidada em 1º de março de 2000, e os montantes de créditos fiscais utilizados para amortização de multas e juros, que compuseram o saldo para o referido parcelamento:

Natureza:	PGFN	SRF	Total da dívida na adesão	Amortização com créditos fiscais
Principal	16.925	17.660	34.585	-
Multa	4.908	5.914	10.822	4.654
Juros	19.914	12.153	32.067	13.790
Encargos	4.175		4.175	
Total	45.922	35.727	81.649	18.444

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE SETEMBRO DE 2022 EM MILHARES DE REAIS

Em 2009 a Administração da Companhia decidiu pela adesão da Lei 11.941/09, relativa ao parcelamento ordinário de débitos tributários, o que gerou a transferência dos montantes originários do REFIS.

Em 28 de setembro de 2011, a Secretaria da Receita Federal do Brasil confirmou a consolidação dos débitos, conforme detalhamento abaixo:

Natureza:	PGFN	SRF	Total da dívida na adesão
Principal	40.522	28.091	68.613
Multa/Juros	6.722	4.698	11.420
Total	47.244	32.789	80.033

A demonstração da mutação do REFIS nas demonstrações contábeis está resumida como segue:

	Circulante		Não Circulante	
	30 de setembro de 2022	31 de dezembro de 2021	30 de setembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Saldo anterior	7.968	7.820	12.449	20.031
Transferências	6.429	8.029	(6.429)	(8.029)
Atualizações (TJLP)	-	-	734	447
Amortizações	(6.102)	(7.881)	-	-
	8.295	7.968	6.754	12.449

19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

Registram-se os tributos diferidos decorrentes da reavaliação de ativos próprios que perfazem o montante de R\$67.509 em 30 de setembro de 2022 (R\$71.681 em 31 de dezembro de 2021), conforme mencionado na nota explicativa nº15.

A Companhia reconhece e liquida os tributos sobre a renda com base nos resultados das operações apurados de acordo com a legislação societária brasileira, considerando os preceitos da legislação fiscal.

De acordo com o CPC 32 (IAS 12), a Companhia reconhece os ativos e passivos tributários diferidos com base nas diferenças existentes entre os saldos contábeis e as bases tributárias dos ativos e passivos.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE SETEMBRO DE 2022 EM MILHARES DE REAIS

20. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Administração, com base em análise conjunta com seus consultores jurídicos, constituiu provisão em montante considerado suficiente para fazer face a prováveis perdas em processos judiciais.

	30 de setembro	31 de dezembro
	de 2022	de 2021
Provisão para contingências cíveis	63.799	61.500
Provisão para contingências trabalhistas	14.281	12.124
Provisão para contingências ambientais	4.500	4.500
	82.580	78.124
Total Depósitos dados em garantia	(118.092)	(103.949)
Insuficiência (Suficiência) da cobertura	(35.512)	(25.825)

Em 30 de setembro de 2022 as ações judiciais enquadradas pela área jurídica da companhia cujo grau de risco foi classificado como possíveis somam R\$681.375 (R\$668.994 em 31 de dezembro de 2021).

a. Contingências cíveis

Tramita na esfera judicial de Santa Catarina ações cíveis referentes a diferenças de juros e correção monetária, previstos em contratos, em face de atrasos nos pagamentos mensais das faturas de cobrança, ações cíveis públicas e outros de naturezas diversas vinculados com a operacionalidade da Companhia. Esses processos ainda não possuem sentença judicial, daí a necessidade de provisionamento totalizando R\$63.799 em 30 de setembro de 2022 (R\$61.500 em 31 de dezembro de 2021).

b. Contingências trabalhistas

As causas trabalhistas provisionadas dizem respeito ao pagamento de horas extras e outras questões salariais (agregações e demissões sem justa causa), com risco de perda provável. Assim, com base em informações da assessoria jurídica, a Companhia estimou e provisionou o valor de R\$14.281 em 30 de setembro de 2022 (R\$12.124 em 31 de dezembro de 2021) em face de eventuais perdas nesses processos.

c. Contingências ambientais

Foram provisionados danos ambientais no montante de R\$4.500, em conformidade com o PRAD — Programa de Recuperação de Áreas Degradadas, em relação ao deslizamento dos taludes da Lagoa de Evapoinfiltração (LEI), que recebe efluente tratado da Estação de Tratamento de Esgoto da Lagoa da Conceição.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE SETEMBRO DE 2022 EM MILHARES DE REAIS

Cabe registrar que não estão incluídos nos valores acima os processos classificados em perdas possíveis ou remotas.

21. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Companhia patrocina plano de benefício definido operado e administrado pela Fundação CASAN de Previdência Complementar - CASANPREV. Adicionalmente, para fins de atendimento às determinações, contidas no CPC 33 (R1), aprovado pela Deliberação 695 da CVM, foi contratada a empresa Rodarte Nogueira – Consultoria em Estatística e Atuária, que emitiu relatórios detalhados, suportando as informações incluídas nesta nota.

a. Plano CASANPREV

Em 30 de setembro de 2022 a Companhia possui contabilizado, a título de passivo atuarial do Plano de Previdência Complementar — CASANPREV, o montante de R\$45.242 (R\$45.242 em 31 de dezembro de 2021).

Administrado pela Fundação CASAN de Previdência Complementar – CASANPREV, o Plano CASANPREV está estruturado na modalidade de Contribuição Variável, na qual a fase de acumulação se dá nas modalidades de Contribuição Definida e Benefício Definido, e o período de recebimento dos benefícios em uma estrutura de Benefício Definido. O plano é oferecido aos funcionários da patrocinadora CASAN e foi aprovado em 6 de agosto de 2008.

b. Plano de Demissão Voluntária Incentivada – PDVI (2017/2018)

Em 28 de julho de 2017, na trecentésima vigésima quinta (325ª) reunião do Conselho de Administração, considerando a proposição da Diretoria Executiva, fundamentada na necessidade de manutenção da capacidade de investimentos, na reestruturação da Companhia e nas medidas de contenção de despesas, foi autorizado o lançamento do Programa de Demissão Voluntária Incentivada – PDVI 2017. As indenizações estão sendo pagas em até 96 prestações.

	30 de Setembro de 2022	31 de dezembro de 2021
PDVI 2017 – Passivo Circulante	87.299	77.757
PDVI 2017 – Passivo Não Circulante	216.201	251.091
Total PDVI	303.500	328.848

22. PARTES RELACIONADAS

A Companhia participa de transações com seu acionista controlador, o Estado (via Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina), e a acionista CELESC.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE SETEMBRO DE 2022 EM MILHARES DE REAIS

Conta a receber de clientes	30 de setembro de 2022	31 de dezembro de 2021
<u>Circulante:</u>		
Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina	5.342	4.805
CELESC	48	46
Total de contas a receber dos acionistas	5.390	4.850

Além disso, a Companhia obtém serviços e empréstimos de seus acionistas, como segue:

Contas a pagar a fornecedores

	30 de setembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Não Circulante:		
CELESC (energia elétrica)	9.397	12.938
Total de contas a pagar a fornecedores acionistas	9.397	12.938

Empréstimos a pagar a acionista

	30 de setembro de 2022	31 de dezembro de 2021
<u>Não circulante:</u> Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina	21.086	29.578
Total empréstimos a pagar para acionistas	21.086	29.578
Total de Partes Relacionadas no Passivo	30.483	42.516

Resultado das operações com acionistas

	30 de setembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Receita bruta de serviços prestados	25.006	27.743
Custos com Energia Elétrica Juros de empréstimo com acionista	(101.819)	(122.053)
(BNDES)	(1.869)	(2.883)
Resultado	(78.682)	(97.193)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE SETEMBRO DE 2022 EM MILHARES DE REAIS

Em julho de 2008 a Companhia firmou contrato com o BNDES no valor R\$150.475, que está sendo amortizado em 138 prestações mensais e sucessivas, sendo que a primeira prestação venceu em 15 de fevereiro de 2012 e a última irá vencer em 15 de julho de 2023. O contrato prevê juros de 3,54% ao ano + TJLP.

Em 4 de agosto de 2010 a Assembleia Legislativa aprovou o Projeto de Lei nº 267/10, que autoriza o Poder Executivo a realizar operação de crédito para a assunção das obrigações assumidas pela CASAN junto ao BNDES, no valor de R\$150.475. Tal operação foi efetuada com a interveniência do Estado de Santa Catarina em 4 de julho de 2008.

Dessa forma, os valores devidos ao BNDES em 30 de setembro de 2022, no montante R\$21.086, contabilizados como empréstimos e financiamentos referente a Partes Relacionadas, no passivo não circulante, foram mantidos no mesmo grupo de contas. Tais valores mantêm as mesmas características iniciais, porém referem-se à dívida com o Governo do Estado de Santa Catarina.

23. RECEITA DIFERIDA

O montante de R\$18.266 em 30 de setembro de 2022 (19.260 em 31 de dezembro de 2021) refere-se a recursos do Orçamento Geral da União (OGU), destinados à CASAN para o desenvolvimento de obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Essas obras estão sendo realizadas no bairro Campeche, em Florianópolis, em Mafra, e também incluem a Barragem do Rio do Salto e a Adutora do Rio Chapecozinho. A realização de tais valores se dará a partir do momento da conclusão das referidas obras, tendo como base de realização a amortização dos investimentos efetuados e, como contrapartida, o resultado do exercício.

24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital Social

Conforme homologação do aumento de capital social da Companhia, através da 397ª Reunião do Conselho de Administração, o incremento foi de R\$88.078, totalizando um capital social subscrito e integralizado de R\$1.118.641 em 30 de setembro de 2022 (R\$1.030.563 em 31 de dezembro de 2021), representado por 949.739.585 ações (874.960.411 ações em 31 de dezembro de 2021). São 473.629.304 ações ordinárias (436.887.780 ações ordinárias em 31 de dezembro de 2021) todas nominativas e sem valor nominal, e 476.110.281 ações preferenciais (438.072.631 ações preferenciais em 31 de dezembro de 2021) todas nominativas, sem direito a voto e sem valor nominal, sendo a estas assegurada a prioridade no reembolso de capital e no pagamento de dividendos não cumulativos. Ambas dão direito a dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido, na proporção das ações, sendo que as ações preferenciais têm direito a um recebimento 10% (dez por cento) maior do que o atribuído a cada ação ordinária.

A composição das ações apresenta-se conforme discriminado abaixo:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE SETEMBRO DE 2022 EM MILHARES DE REAIS

	30 de setembro de 2022		
Acionistas	Ordinárias	Preferenciais	Total
Governo do Estado de Santa Catarina	412.918.675	417.073.543	829.992.218
SC Parcerias S/A.	2.210.485	2.210.845	4.421.690
Centrais Elétricas do Estado de Santa Catarina – CELESC	56.713.251	56.778.178	113.491.429
Companhia de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina - CODESC	1.733.389	2.185	1.735.574
Demais Acionistas	53.144	45.530	98.674
Total de ações	473.629.304	476.110.281	949.739.585

	31 de dezembro de 2021		
Acionistas	Ordinárias	Preferenciais	Total
Governo do Estado de Santa Catarina	291.268.851	310.021.674	601.290.525
SC Parcerias S/A.	70.941.406	71.229.802	142.171.208
Centrais Elétricas do Estado de Santa Catarina	56.713.251	56.778.178	113.491.429
– CELESC			
Companhia de Desenvolvimento do Estado de	17.914.497	0	17.914.497
Santa Catarina - CODESC			
Demais Acionistas Nacionais	49.775	42.977	92.752
Total de ações	436.887.780	438.072.631	874.960.411

25. RECEITA OPERACIONAL

As receitas operacionais auferidas pela Companhia em 30 de setembro de 2022 e 2021 estão apresentadas abaixo:

30 de	30 de
setembro de	setembro de
2022	2021
877.244	788.489
232.540	188.519
12.632	15.995
81	42
1.122.497	993.045
(106.063)	(92.634)
1.016.434	900.411
	setembro de 2022 877.244 232.540 12.632 81 1.122.497 (106.063)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE SETEMBRO DE 2022 EM MILHARES DE REAIS

26. DESPESAS POR NATUREZA

As despesas da Companhia distribuem-se por natureza da seguinte maneira:

	30 de	30 de
	setembro de	setembro de
	2022	2021
Salários e encargos*	350.726	286.370
Materiais	70.781	51.138
Serviços de terceiros**	249.873	193.615
Gerais e tributárias	31.032	27.205
Depreciações, amortizações e provisões	80.253	75.494
Amortização direito de uso de bem	10.260	10.088
Perda de Ajuste a Valor Justo	-	35
Perdas na realização dos créditos e Provisão para devedores duvidosos	22.252	21.127
Recomposição de pavimentação	15.276	12.458
Fundos para programas municipais***	45.058	14.259
Total	875.513	691.789

^{*}Contas de salários e encargos obteve incremento significativo em função do reajuste salarial pelo INPC data base maio, além de revisão salarial de algumas categorias.

27. DESPESAS COM BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Segue abaixo relação das despesas referentes aos benefícios concedidos aos empregados:

	30 de	30 de
	setembro de	setembro de
	2022	2021
Salários	124.648	102.518
Férias, Abono e 13º Salário	37.787	33.361
Custos previdenciários	57.276	47.474
FGTS	14.718	12.279
Programa de alimentação	29.838	26.734

^{**} Contas de serviços de terceiros obteve aumento do custo dos serviços prestados referente a inflação do período.

^{***} Conta Fundos para programas municipais obteve um incremento em função das revisões contratuais dos Contratos Programas. Estes estarão compondo os custos da próxima revisão tarifária da Companhia.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE SETEMBRO DE 2022 EM MILHARES DE REAIS

Programa de saúde	21.994	19.363
Gratificações	22.169	18.433
PDVI – Demissão voluntaria incentivada	36.644	22.402
Outros beneficios	5.652	3.806
Total	350.726	286.370
Número de empregados	2.565	2.571

28. RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro auferido pela Companhia em 30 de setembro de 2022 e 2021 está apresentado abaixo:

	30 de	30 de
	setembro de	setembro de
	2022	2021
Receitas financeiras:		
Descontos obtidos	3.073	2.949
Juros ativos	6.615	4.194
Rendimento de aplicações financeiras	6.499	3.093
Outras	9.954	1.691
Total Receitas Financeiras	26.141	11.927
Despesas financeiras:		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(110.067)	(58.189)
Variações monetárias e cambiais (reversão)	42.412	(1.567)
Outras	(3.164)	(2.583)
Total Despesas Financeiras	(70.819)	(62.339)
Resultado Financeiro Líquido	(44.678)	(50.412)

29. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS

Em 30 de setembro de 2022, substancialmente, as outras receitas são compostas por pessoal à disposição de outros órgãos e as despesas operacionais compostas pela adesão de colaboradores ao programa de demissão incentivada e pela complementação das provisões para contingências, conforme notas explicativas 21 e 20, respectivamente. Abaixo segue a composição das mesmas:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE SETEMBRO DE 2022 EM MILHARES DE REAIS

	30 de	30 de
	setembro de	setembro de
Outras receitas operacionais:	2022	2021
Indenizações e ressarcimento de despesas*	11.843	95
Comissão prestação de serviços/convênios	727	508
Reversão Causas trabalhistas	-	3.179
Reversão Causas cíveis	-	368
Vendas de bens do imobilizado	2.358	7.241
Contribuições e doações	2.032	-
Outras	69	744
Total Outras Receitas Operacionais	17.029	12.135
Outras despesas operacionais:		
Baixa de imobilizado	(300)	(531)
Fiscais e tributárias	(734)	(281)
Causas ambientais	-	(4.500)
Causas trabalhistas	(1.823)	-
Causas cíveis	(1.782)	-
Total Outras Despesas Operacionais	(4.639)	(5.312)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		
Líquidas	12.390	6.823

^{*}Valor referente ao recebimento da indenização referente ao cumprimento das obrigações financeiras assumidas pela Neoway Tecnologia Integrada Assessoria de Negócios S.A, signatária do acordo de leniência com o Estado de Santa Catarina. O restante (multas) foi contabilizado como Receita Financeira.

30. SEGUROS

A Companhia objetiva delimitar os riscos de sinistros, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. Em 30 de setembro de 2022 a Companhia possui seguros prediais contratados contra incêndios, vendavais, danos elétricos, raios e explosões, com cobertura no montante de R\$75.452. Tal montante engloba os seguros contratados para diversos prédios próprios e alugados pela Companhia.

A Companhia aluga 598 veículos leves que já incluem no valor da locação os custos dos seus respectivos seguros.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE SETEMBRO DE 2022 EM MILHARES DE REAIS

31. EFEITOS DO COVID-19 NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Após dois anos de Pandemia enunciada pela OMS – Organização Mundial da Saúde ocasionada pelo surto do novo Coronavírus, a CASAN, seguindo as diretrizes do Estado de Santa Catarina, continua adotando ações a fim de dar continuidade e qualidade aos serviços prestados à população catarinense, visto que fornecer água tratada, coletar e tratar esgotos são serviços essenciais à população e uma importante arma para o combate ao vírus.

As atividades administrativas e o atendimento ao público, antes de forma predominantemente remota, já retornaram para a forma presencial desde agosto/2021.

Com o avanço da vacinação e com os números da economia sendo recuperados, a arrecadação tem sofrido discreto impacto negativo.

Não foram identificados impactos que necessitassem de ajustes informações contábeis de 30 de setembro de 2022.

Por fim, cabe mencionar que a Companhia poderá adotar outras medidas caso haja necessidade, e que continuará avaliando os impactos que a COVID-19 poderá trazer aos seus negócios.

32. EVENTOS SUBSEQUENTES

a. Eleições 2022

Haverá a troca de Governo Estadual a partir de 2023.

b. AFAC do Governo do Estado de Santa Catarina

O Governo do Estado de Santa Catarina aportou o valor de R\$25.000 referente a Adiantamento para Futuro Aumento de Capital em 18 de outubro de 2022, sendo este valor utilizado para Obras do Rio Chapecozinho, referente ao Planejamento Hídrico.
